

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI
CAMPUS SENADOR HELVIDEO NUNES DE BARROS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

ERIVAN BORGES LEAL

**TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - MOVIMENTO
BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO (MOBRAL): EVOLUÇÃO OU MANUTENÇÃO
DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS?**

PICOS – PIAUÍ

2013

ERIVAN BORGES LEAL

**TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - MOVIMENTO
BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO (MOBRAL): EVOLUÇÃO OU MANUTENÇÃO
DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS?**

Monografia apresentada a Universidade Federal do Piauí,
Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, curso de
Licenciatura Plena em Pedagogia, como requisito para
aprovação e obtenção do título de Licenciado em
Pedagogia.

Orientadora Prof.^a Ms. Isabel Cristina de Aguiar Orquiz.

PICOS - PIAUÍ

2013

Eu, **Erivan Borges Leal** , abaixo identificado(a) como autor(a), autorizo a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação abaixo discriminada, de minha autoria, em seu site, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, a partir da data de hoje.

Picos-PI, 23 de abril de 2013.

FICHA CATALOGRÁFICA
Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo

L435t Leal, Erivan Borges.
Trajetória da Educação de Jovens e Adultos –
MOBRAL(Movimento Brasileiro de Alfabetização): evolução
ou manutenção das práticas pedagógicas? / Erivan Borges
Leal. – 2013.

CD-ROM : 4 ¾ pol.; il. (61.)

Monografia(Licenciatura em Pedagogia) – Universidade
Federal do Piauí. Picos-PI, 2013.

Orientador(A): Profa. MS. Isabel Cristina de Aguiar Orquiz

1. EJA . 2. Mobral. 3. Evolução Utópica. I. Título.

CDD 374.12

ERIVAN BORGES LEAL

Trabalho de conclusão de curso apresentado à coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal do Piauí – UFPI, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, Picos – PI, como requisito para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Data de Apresentação: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Ms. Isabel Cristina de Aguiar Orquiz
Orientadora – UFPI

Prof^a. Ms. Maria Oneide Fialho Rocha
Membro Examinador – UFPI

Prof. Ms. Claudete Santana de Sousa
Membro Examinador - UFPI

PICOS-PI

2013

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela dádiva da vida e pela liberdade de escolha que nos possibilita protagonizar a própria história.

Aos meus Pais: Francisco Borges e Aldenôra Joaquina, exemplos de vida. Amor sem igual!.

Aos meus amigos, foram eles a válvulas de escape e entretenimento quando estava sufocado pelo cotidiano.

Aos meus professores, em especial, à professora Isabel Orquiz, por todas as orientações e pelo o seu exemplo de vida que valem para além da esfera acadêmica.

Em fim, Obrigado a todas as pessoas que contribuíram para meu sucesso e para o meu crescimento como pessoa. Sou o resultado da confiança e da força de cada um de vocês.

O ser humano vivência a si mesmo, seus pensamentos como algo separado do resto do universo - numa espécie de ilusão de ótica de sua consciência. E essa ilusão é uma espécie de prisão que nos restringe a nossos desejos pessoais, conceitos e ao afeto por pessoas mais próximas. Nossa principal tarefa é a de nos livrarmos dessa prisão, ampliando o nosso círculo de compaixão, para que ele abranja todos os seres vivos e toda a natureza em sua beleza. Ninguém conseguirá alcançar completamente esse objetivo, mas lutar pela sua realização já é por si só parte de nossa liberação e o alicerce de nossa segurança interior.

Albert Einstein

Dedico este trabalho a Deus a minha família e em especial aos meus pais que esteve comigo durante esses anos de muita luta e ao meu Pai Francisco Borges (In Memoriam) a minha mãe Aldenôra Joaquina, que sempre me transmitiu forças através de suas palavras de coragem e a todos os meus amigos, especialmente: Edson, Irlândia e Jailza que fizeram parte de mais essa vitória na vida, obrigado a todos.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar, a partir de uma pesquisa bibliográfica, história oral, descritiva e analítica. Essa modalidade de ensino no corrente da nossa história da educação, sempre enfrentou resistência e dificuldades desde o Brasil Colônia, Império e até mesmo no Período Republicano. Já nas décadas de 40 e 50 as campanhas de Educação de Jovens e Adultos, sofreram muitas críticas pelos os métodos usados e as mesmas foram extintas por não obterem resultados positivos. Surge então, no cenário da nossa historia, e tendo como referência o Educador Paulo freire. Nasce o Clima de mudanças no início dos anos sessenta, a Educação Popular, a mesma se articulava à ação política junto aos grupos populares: Intelectuais, estudantes, pessoas ligadas a igreja católica – CNBB. Em 1964, foi aprovado o Plano Nacional de alfabetização, que tinha como objetivo atingir todo o país, orientados pela a proposta pedagógica de Paulo Freire, mas, foi suprimida pelo o golpe militar de 1964, foi substituída pela a sua própria ideologia política educacional. Portanto, o presente trabalho, está voltado para a temática da Educação de Jovens e Adultos, tendo como foco o Movimento Brasileiro de Alfabetização – Mobral. Criado no ano de 1967, o movimento foi uma iniciativa pensada e elaborada pelo o regime militar vigente no Brasil de (1964 a 1985), com a finalidade de defender seus interesses, enquanto classes dominantes. Sob a máscara de erradicação do analfabetismo, suas preocupações eram somente fazerem com que seus alunos aprendessem a Ler e escrever, sem nenhuma preocupação maior com a sua formação. Também ressaltaremos as campanhas e programas de educação, como prática pedagógica de ensino no Brasil, até os dias atuais.

Palavra – chave: EJA e o Mobral, evolução utópica.

ABSTRACT

This work aims to present, from a search type: literature, oral history, descriptive and analytical. This type of education in our current history of education, has always faced difficulties and resistance from the colonial Brazil, Empire and even the Republican Period. Already in the 40 and 50 campaigns of Education Youth and Adults, suffered much criticism for the methods used and the same were extinguished by not getting positive results. Then arises in the backdrop of our historiography, and with reference to the educator Paulo Freire. Climate change is born in the early sixties, Popular Education, it was linked to political action along with popular groups: Intellectuals, students, persons linked to the Catholic Church - CNBB. In 1964, approved the National Plan for Literacy, which was intended to reach across the country, driven by the pedagogical proposal of Paulo Freire, but was suppressed by the military coup of 1964, was replaced by his own political ideology education. Therefore, the present work is focused on the theme of Education for Youths and Adults, focusing on the Brazilian Literacy Movement - Mobral. Created in 1967, the move was an initiative conceived and developed by the current military regime in Brazil (1964-1985), in order to defend their interests, while ruling classes. Under the guise of eliminating illiteracy, his concerns were only doing his students learn to read and write, with no major concern with their training. Also we will highlight campaigns and education programs, such as teaching practice teaching in Brazil, until today.

Word - key: EJA and Mobral, utopian evolution.

LISTA DE SIGLAS

EJA - Educação de Jovens e Adultos

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

INEP – Instituto Nacional de Estado Pedagógico

CNEAA –Campanha Nacional de Educação de Adultos e Adolescentes

CNER - Campanha Nacional de Educação Rural

CNEA- Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo

CNBB - Conferência Nacional dos Bispo do Brasil

DNE – Departamento Nacional de Educação

PNE – Plano Nacional de Educação

PNAC – Programa Nacional de Alfabetismo e Cidadania

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

ALFASOL – Alfabetização Solidaria

PBA – Programa Brasil Alfabetizado

SUMÁRIO

Introdução.....	13
I . CAPÍTULO:	
1- Contexto Histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil.....	15
1.1 - Caminhos da Educação Brasileira.....	16
1.2 - Período Brasil Colônia.....	16
1.3 - Período Brasil Império.....	18
1.3.1- Primeiras Mudanças nas Políticas Públicas da Educação no Brasil.....	19
1.4 - Período Republicanos.....	23
1.5 - Conferências Internacionais de Educação de Jovens e Adultos.....	27
1.6 - Campanhas Nacionais de educação.....	27
1.6.1 - Campanhas Nacional de educação de Adolescentes e Adultos.....	28
1.6.2 - Campanha Nacional de Educação Rural.....	29
1.6.3 - Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo.....	29
1.7 - Destituída a Educação Popular.....	31
II CAPÍTULO:	
2 - MOBREAL.....	34
2.1- Estrutura do Mobral.....	35
2.2 – Grupo Interministerial.....	35
2.3 - Ideologia Documental do Mobral.....	37
2.3.1 – Objetivos Gerais do Mobral e Subprogramas.....	37
2.3.2 – Dois Princípios Metodológico do Mobral.....	37
2.3.3 – Metodologia do Mobral.....	37
III CAPITULO	
3 – Programas do Mobral.....	39
3.1- Programas de Alfabetização Funcional.....	39
3.1.1- Objetivos do Programa de Alfabetização Funcional.....	40
3.2 – Programa de Educação Integrada.....	40
3.2.1 – Objetivos do Programa de Educação Integrada.....	40
3.2.2 – Objetivos Especifico do Programa de Educação Integrada.....	41
3.3 – Programa Mobral Cultural.....	41

3.3.1 – Objetivos do Programas Cultural do Mobral.....	42
3.4 – Programa de Profissionalização.....	42
3.4.1 – Objetivos do Programa de Profissionalização.....	43
3.5 – Programa de educação Comunitária de Saúde.....	43
3.5.1 – Objetivos do Programa de educação Comunitária de Saúde.....	44
3.6 – Programa Diversificada de Ação Comunitária.....	45
3.7 – Programa de Autodidatismo.....	45
3.7.1-Objetivos do Programa de Autodidatismo.....	45
4 Principais Teorias Pretendida do Mobral.....	46
5 – Métodos.....	46
5.1 – Métodos e Técnicas de Preparação de Alfabetização do Mobral.....	46
6 – Confronto Pedagógico de Alfabetização do Mobral – Paulo Freire.....	47
6.1 – Método de Alfabetização Paulo Freire.....	48
7 – Programa - Fundação Educar.....	49
8 – Alfabetização Solidaria – Programa Brasil Alfabetizado.....	50

IV – CAPÍTULO:

9- Metodologia da Pesquisa.....	53
10 Conclusão.....	56
11 – Apêndice.....	58
12 – Referências	60

Introdução

A Alfabetização de Jovens e Adultos é uma prática Educativa de caráter política, destina-se a ajustar ou resolver uma situação de exclusão criada a partir da conjuntura social. Essa modalidade de ensino regular é uma prática pedagógica que possibilita aos jovens e adultos dar continuidade ao processo ensino-aprendizagem e desenvolver suas habilidades e competências adquiridas ao longo de sua história de vida, porém articulada ao conhecimento escolarizado.

Nos últimos anos, a educação assumiu um papel de destaque nas discussões políticas do Brasil. Questionamentos e estudos sobre os modelos de ensino, o acesso e permanência dos alunos na escola, as características do sistema, entre outros, nortearam a agenda do setor público e ao mesmo tempo de pesquisadores. A partir deste enfoque, percebe-se que a educação é um dos pontos principais para que haja mudança no cenário social. Para que se possa ultrapassar a cultura excludente, alcançando um pensamento crítico-reflexivo, condizente com a realidade atual.

O processo de alfabetização na modalidade EJA requer uma base teórica sólida por parte dos alfabetizadores e não somente o compromisso político. Esses sujeitos (alunos) precisam dos conhecimentos e das habilidades exigidas, hoje, pela modernização. Contudo, tais conhecimentos não podem estar e ser vinculados apenas a procedimentos técnicos é preciso buscar conciliar o que os educandos necessitam enquanto conhecimento formal agregado às experiências e, logo às exigências de mercado.

Neste contexto, não se pode esquecer que a Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino, que segundo a atual legislação educacional ela possui características próprias, objetivos e metas a ser alcançada. Com isso, é fundamental que a comunidade escolar esteja atenta a todas as particularidades previstas na LDB 9394/96, Plano Nacional de Educação (2011), Parecer 11/2000 e demais documentos existentes em relação à EJA.

Desta forma, se compreende a EJA como uma possibilidade que pode contribuir para efetivar um caminho e desenvolvimento do indivíduo inserido na sua própria cultura, pois o papel do docente é de fundamental importância no processo de reingresso do aluno as turmas da EJA.

Para melhor apresentação do tema será abordado a Educação de Jovens e Adultos no contexto do período Colonial, Imperial e Republicano; como também as Campanhas que foram realizadas no Brasil em prol da educação para a população, no primeiro capítulo.

O segundo capítulo, apresentará o cenário educacional do MOBRAL e os resultados obtidos a partir deste programa.

Já o terceiro capítulo tratará dos procedimentos metodológicos adotados no decorrer do estudo monográfico e os resultados obtidos a partir dos dados coletados na pesquisa de campo.

O presente trabalho objetiva uma reflexão sobre o processo histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, focando em especial a criação e implementação dessa modalidade de ensino no sistema educacional brasileiro, especificamente o MOBRAL. A pesquisa também teve como objetivo identificar o perfil de ensino e suas práticas pedagógicas e metodológicas implantadas na EJA, bem como o perfil dos profissionais que atuam nesta modalidade de ensino. Enquanto suporte teórico utilizou-se de autores que possuem uma longa experiência na área pesquisada como Giubilei (1993), Cury (2000), Romanelli (1995), Freire (1983), Fernandes (1989), Saviani (2004), Paiva (1987) entre outros. A investigação partiu de uma pesquisa bibliográfica, história oral, descritiva e analítica.

CAPÍTULO I

1. CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE ADULTOS NO BRASIL

A estruturação da EJA no Brasil, desde o seu princípio, possui estreita relação com os condicionantes sócio-históricos da educação brasileira, a qual se envolve diretamente com relações políticas, econômicas, culturais, históricas e sociais. Portanto, em se pensar a EJA é referir-se diretamente às próprias manifestações da educação em seu contexto mais amplo, tal como as movimentações políticas, que segundo seus ideais paradigmáticos interferem socialmente e historicamente no contexto educacional.

A Educação de Jovens e Adultos no período Colonial buscava ministrar instrução para os adultos, considerando tal procedimento como educação, ligado mais a filosofia da igreja Católica de conseguir novos fiéis. A razão e interesse estavam acima do ato de educar, exceto pela necessidade de mão de obra instruída, nos demais períodos da nossa história as políticas e ações na área da EJA, foram sempre formuladas por motivos de ordem socioeconômica, política e principalmente ideológica.

Com a expulsão dos Jesuítas de Portugal e das Colônias em 1759 pelo Marques de Pombal, ocorre um período de transformação da educação. Neste período da Educação no Brasil, pela primeira vez o Estado assumiu com os encargos da educação, leigos começaram a ser introduzidos no ensino. Assim, a escola pública no Brasil teve o seu início com o Marquês de Pombal. No entanto, os adultos das classes menos abastardam que queriam estudar não encontravam espaços na Reforma Pombalina, motivo, a educação era privilégio de poucos, pois priorizava o ensino Superior, modelo da reformulação de educação portuguesa, modelo esse que atingiu as suas colônias. No Brasil, “essa reforma de Pombal, não satisfaz os interesses das elites e ainda menos o povo” (GIUBILEI, 1993, p. 28).

Com a vinda da família Real para o Brasil, o país deixa de ser Colônia, transformando-se em sede provisória da Monarquia. Sistema voltado para a criação de cursos Superiores, interesse da Educação Monarquia. Independência Política do País, tradição da Educação Aristocrática (preocupação com a criação de cursos de Ensino Superior, e abandono com os demais níveis).

Atualmente, a educação em seu âmbito mais amplo, é vista como uma das alavancas da mobilidade social, que através de um processo consciente permite a

transformação das estruturas que alicerçam a sociedade. Neste âmbito, a EJA, enquanto modalidade de ensino, também assume seu papel como possibilidade de mudança e oportunidades para àqueles que estiveram marginalizados do processo de escolarização.

Porém, para analisar a EJA hoje se torna fundamental estabelecer uma relação direta com o seu contexto histórico. Ao se observar as políticas desenvolvidas no decorrer da história do Brasil, percebem-se os referenciais que norteiam a conceitualização, os objetivos e o desenvolvimento da educação. Neste ponto, a educação de adultos, apesar do caráter excludente apresentado, desde os períodos Colônia, Império e República, que neste contexto da história apresentava algumas iniciativas, como as escolas noturnas que atendiam adultos.

1.1 - Caminhos da Educação Brasileira

A pedagogia, como pedagogia humana e libertadora, terá dois elementos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão revelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se na práxis; o segundo, em que, transformada a realidade opressiva, esta pedagogia deixa de ser a do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação (FREIRE, 1983, p.44).

1.2 - Brasil: Colônia 1549

Em relação à história da Alfabetização de Jovens e Adultos no Brasil, é preciso observar que os primeiros vestígios da educação de Adultos no Brasil são perceptíveis durante o processo de colonização, após chegadas dos Jesuítas, em 1549. Convém ressaltar que esses “educadores” se voltaram para a capacitação e “instrução” de adultos e adolescentes, tanto de nativos quanto de colonizadores, diferenciando apenas os objetivos para cada grupo social.

Portanto, não podemos deixar de reconhecer que os portugueses trouxeram uma educação típica dos padrões europeu da época. A respeito a esse padrão de cultura transplantada, Romanelli (2000, p.23) considera que essa cultura é ferramenta para impor e preservar os modelos culturais importados, que por si, inibem a possibilidade de criação e inovação culturais.

A história da Educação de Jovens e Adultos, já vem se perpetuando ao longo de muitos séculos, posteriores a chegada dos portugueses às terras brasileiras e tem se estendido até os dias atuais. A mesma sofreu algumas transformações, mas não perdeu seu perfil, a intenção desta ainda é a escolaridade de Jovens e Adultos que não tiveram tempo e oportunidades de estudar no seu tempo.

Segundo Di Pierro e Haddad (2000) a ação educativa junto a adolescentes e adultos não é nova, chega ao Brasil com a chegada dos jesuítas por isso era de caráter religioso, pois era ministrada, a princípio, pelos clérigos e tinha como função educar os menos favorecidos.

Sabes-se que já no período colonial os religiosos exerciam sua ação educativa missionária em grande parte com adultos. Além de difundir o evangelho, tais educadores transmitiam normas de comportamento e da economia colonial, inicialmente aos indígenas e, posteriormente, aos escravos negros. Mais tarde se encarregaram das escolas de humanidade para a colonização e seus filhos. (DI PIERRO, HADDAD, 2000, p.108 – 109)

De acordo com os relatos dos autores a educação de Jovens e Adultos, já vem de um longo tempo e tinha como missão inicial alfabetizar e difundir o evangelho, para os indígenas, escravos e Negros, e posteriormente a os filhos dos mesmos.

É importante salientar que segundo Fernandes (1989, p. 355), “as populações indígenas aqui já existentes, viviam e possuíam características próprias de se fazer educação, e que a educação que era praticada pelo os mesmos em suas tribos não tinha as marcas repressivas do modelo educacional europeu”. Ainda que não tenham sido os jesuítas os primeiros a pisar a Terra de Santa Cruz – vale lembrar que junto com Pedro Álvares Cabral, vieram os franciscanos. Essa primazia dos franciscanos, no entanto, não legou à posteridade o mesmo alcance que tiveram os jesuítas, que durante duzentos e dez anos, a partir da chegada em 1549 até a expulsão em 1759, detiveram o monopólio da educação.

Os jesuítas tiveram grande importância no campo das artes. A propagação de um estilo jesuítico nas artes foi tamanha, que pode ser dedicado um capítulo inteiro aos jesuítas na História da Arte no Brasil. Tal importância pode ser constatada na Carta que comunicava a supressão da Companhia, e determinava a abolição de “cada um dos seus ofícios, Residências (...). Costumes e Estilos”,

quando das reformas pombalinas que culminaram com a sua expulsão das terras brasileiras.

Já em 1759, os Jesuítas foram expulsos das colônias brasileiras, por Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, primeiro-ministro de Portugal de 1750 a 1777, em função de radicais diferenças de objetivos. Evidente que os Jesuítas preocupavam-se com o proselitismo e noviciado, Pombal preocupado em reerguer Portugal da decadência em que se encontrava diante de outras potências europeias da época. Seguindo esse raciocínio, a educação jesuíta não convinha aos interesses comerciais emanados por o então Marque de Pombal. Sendo assim, se as escolas da Companhia de Jesus tinham por objetivo servir aos interesses da fé, contudo, o Marque de Pombal pensou em organizar a escola para servir aos interesses do estado.

1.3 - Períodos Brasil Império

Educação de Jovens e Adultos no Brasil Império nasceu no cenário da sociedade civil, das “lacunas” do Sistema Educacional Brasileiro. As principais características das ações governamentais em Educação de Jovens e Adultos neste período da história foram de políticas assistencialistas, populistas e compensatórias. No histórico da Educação de Jovens Adultos no Brasil estão os jesuítas, que no 18 período colonial, fomentam a catequização das nações indígenas.

Na primeira Constituição Federal (1824), estava previsto a garantia de uma instrução primária e gratuita para todos os cidadãos. Este direito não foi consolidado, uma vez que apenas uma parcela da população podia ser considerada como cidadã. Outro ponto, que também dificultou a disseminação da educação refere-se ao fato que as províncias deveriam prover a educação básica. Porém, por falta de recursos suficientes, a maioria das províncias não respeitava este direito. Neste mesmo contexto, a educação da elite brasileira estava a cargo do governo federal, acentuando as desigualdades e a impossibilidade de acesso a educação por grande parte da população.

A concepção pedagógica tradicional se caracteriza por uma visão essencialista de homem, isto é, o homem é concebido como constituído por uma essência humana e imutável. À educação cumpre moldar a existência particular e real de cada educando à essência universal e ideal que o define enquanto ser humano. Para a vertente religiosa, tendo sido o homem feito por Deus à sua imagem e semelhança, a essência humana é considerada, pois, criação divina. Em consequência, o homem deve se empenhar para fazer por merecer a dádiva sobrenatural. A expressão mais acabada dessa vertente é dada pela corrente do tomismo, que consiste numa articulação entre a filosofia de Aristóteles e a tradição cristã; tal trabalho de sistematização foi levado a cabo pelo filósofo e teólogo medieval Tomás de Aquino [...] E é justamente tomismo que está na base do *Ratio Studiorum* [...] (SAVIANI, 2004, p. 127)

Em 1824, é outorgada a Constituição do Império, garantindo o ensino a todos os cidadãos, cujo lema era Liberdade e a Segurança Individual. Como se isso fosse possível em um país de escravos. As Leis funcionavam apenas no papel, pois não havia escolas para todos, pois o Império concentrava os interesses e privilégios da Nobreza. O tráfego de negros, utilização da mão de obra dos escravos, neste mesmo período “os Índios eram ‘bárbaro’ e o negro “propriedade” do outro, para essas pessoas a educação não era objeto de cogitação” (CURY, 2000, p.571).

Já no período republicano, percebe-se a existência de muitas campanhas educacionais, porém, estas apresentavam pouca duração e falta de continuidade. Outro grande problema destas campanhas era a sistematização ineficiente. Apesar de todos os problemas enfrentados, estas ações buscavam apoio na sociedade para seu desenvolvimento. Assim, o governo eximia-se de sua responsabilidade enquanto disseminador e provedor da educação, não havendo compromisso de uma política educacional que atendesse as exigências de um ensino sistematizado, regular e institucional.

1.3.1- Primeira Mudança nas Políticas Públicas da educação no Brasil

Decreto :

Tudo começou com o decreto imperial de 15 de outubro de 1827, (Arts. 01º. a 17º.), que trata da primeira Lei Geral relativa ao Ensino Elementar. Este decreto, outorgado por Dom Pedro I, veio a se tornar um marco na educação imperial, de tal modo que passou a ser a principal referência para os docentes do primário e ginásio nas províncias. A Lei tratou dos mais diversos assuntos como

descentralização do ensino, remuneração dos professores e mestras, ensino mútuo, currículo mínimo, admissão de professores e escolas das meninas.

A primeira contribuição da Lei de 15 de outubro de 1827 foi a de determinar, no seu artigo 1º, que as Escolas de Primeiras Letras (hoje, ensino fundamental) deveriam ensinar, para os meninos, a leitura, a escrita, as quatro operações de cálculo e as noções mais gerais de geometria prática. Às meninas, sem qualquer embasamento pedagógico, estavam excluídas as noções de geometria. Aprenderiam, sim, as prendas (costurar, bordar, cozinhar etc) para a economia doméstica.

Se compararmos a lei geral do período imperial com a nossa atual lei geral da educação republicana, a Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), persegue ainda ideais imperiais, ao estabelecer, entre os fins do ensino fundamental, a tarefa de desenvolver a “capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo”. Portanto, mais de um Sesquicentenário da lei, perseguimos os meus objetivos da educação imperial.

A Lei de 15 de outubro, também inovou no processo de descentralização do ensino ao mandar criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Hoje, além da descentralização do ensino, para maior cobertura de matrícula do ensino fundamental, obrigatório e gratuito, o poder público assegura, por imperativo constitucional, sua oferta gratuita, inclusive, para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria (Inciso I, artigo 208, Constituição Federal).

A remuneração dos professores é, historicamente, o grande gargalo da política educacional, do Império à Nova República, de Dom Pedro I a Fernando Henrique Cardoso I e II. Lula I e II e continua no governo atual, da então Presidenta Dilma. O grande mérito do Imperador, ao outorgar a Lei de 15 de outubro de 1827, foi o de não se descuidar, pelo menos, formalmente, dos salários dos professores. No artigo 3º da lei imperial, determinou Dom Pedro I, que os presidentes, em Conselho, taxariam interinamente os ordenados dos Professores, regulando-os de 200\$000 a 500\$000 anuais, com atenção às circunstâncias da população e carestia dos lugares.

Dados estatísticos mostram que a cotação das moedas, que fazendo a conversão dos réis, de 1827, em reais de 2001 (discutíveis): estima que 200\$000

equivalem a aproximadamente R\$ 8.800,00 (isto é, a um salário mensal de R\$ 680, considerando o 13º) e 500\$000 a aproximadamente R\$ 22.000 (R\$ 1.700, por mês).

Os dados mostram como os professores, no século XXI, em se tratando de remuneração, recebem bem aquém dos parâmetros estabelecidos pela lei imperial, no longínquo século XIX. De acordo com dados recentes do Ministério de Educação, do total de professores, 65% ganham menos que R\$ 650, 15% ganham entre R\$ 650 e R\$ 900 e 16% ganham mais de R\$ 900. O salário médio mensal, de acordo com o senso do Ministério de Educação, é de R\$ 1.474 nas escolas federais, R\$ 656 nas particulares, R\$ 584 nas estaduais e R\$ 372 nas municipais.

Atualmente, a Constituição Federal de 1988, no seu inciso V, artigo 206, garante, como princípio de ensino, aos profissionais de ensino, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional, mas até agora, não há vontade política para se determinar o valor do piso salarial profissional condigno para os professores. A Lei de 15 de outubro de 1827 trouxe, por fim, para época, inovações de cunho liberal como a coeducação, revelada através da inclusão das meninas no sistema escolar e que as mestras, pelo artigo 13, não poderiam perceber menos do que os mestres.

A formação dos professores foi lembrada pela lei imperial. No seu artigo 5º, os professores que não tinham a necessária instrução do ensino elementar iriam instruir-se em curto prazo e à custa dos seus ordenados nas escolas das capitais. Preocupados, hoje, com mais de 210 mil professores leigos, sem formação sequer do pedagógico ofertado no ensino médio, o Brasil contemporâneo, através da Emenda Constitucional n.º 14, de 12 de setembro de 1996, a LDB, o Fundef, todos promulgados em 1996, orientam os governantes e as universidades para as licenciaturas breves, na luta contra esse déficit de professores habilitados para o magistério escolar.

O Ato Adicional de 1834 apresenta algumas mudanças no sistema educacional brasileiro, onde as escolas primária e secundária passam a ser de responsabilidade das Províncias. Já o ensino superior ficou sobre o poder central e da educação dos municípios neutros; tais medidas resultam em privatização das escolas Secundárias. O ensino primário ou “primeiras letras” administradas por

pessoas sem nenhuma qualificação específica para tal magistério. (ROMANELLI, 1995)

Em 1835, foi criada a primeira Escola Normal, em Niterói, RJ. No entanto, não existia preocupação com a formação de professores, ou seja, o quadro educacional continuava o mesmo em relação aos profissionais que vinham atuar nesse contexto. Estava explícita, por parte das políticas públicas, em relação da Educação de Jovens e Adultos, a despreocupação com a qualidade do ensino através da pouca qualificação profissional apresentada pelos professores da época.

Em 1854, a Reforma Couto Ferraz apresenta a Organização de classe para adultos, “Professores ensinava apenas no tempo livre, excedente de seus afazeres, de domingo e dias santos – mestres das classes diurnas – nisso mostrava o descompromisso com a educação escolar dos Adultos, no período Monárquico” (GIUBILEI, 1993, p. 29).

Em 1871, se propõe através de Relatório a obrigatoriedade do ensino para pessoas de 14 a 18 anos em escolas destinadas a adultos, sobretudo o ensino profissionalizante.

No ano de 1878 ocorre a tentativa de inclusão do adulto no processo educacional do país, de 14 anos e mais do sexo masculino. Consta-se por meio deste que o gênero feminino está longe de ser contemplado com a formação escolar.

Já em 1879 passasse a oferecer educação aos escravos a partir dos 7 a 14 anos no sistema público de ensino¹.

Em 1890, cerca de 82,6 % da população brasileira eram Analfabetas. (MEC, 1989). Isso demonstra o descaso com a população brasileira no que diz respeito a se pensar em políticas educacionais.

Portanto, no Brasil Império a partir de (1876), os primeiros apontamentos do Ensino Noturno para Adultos foram denominados Educação ou instrução popular. Com a Lei Saraiva (1882), houve a proibição do voto do analfabeto. A escolarização, na época, é vinculada à ascensão social e o analfabetismo à incapacidade e inabilidade social. O Entusiasmo pela Educação e Otimismo Pedagógico geraram dois movimentos ideológicos da elite brasileira. A Educação passou a ter presença

¹ Apesar de terem criados os cursos noturnos, não existem registros comprobatórios, na prática, a participação dos negros nesses cursos, ou seja, a Educação, pouco foi feito nos período **Colonial e Imperial** pelos Jovens e Adultos das classes pobre e negras, já para a elite tinha seus privilégios.

como redentora dos problemas da Nação. Surgiu nos anos de transição do Império - República (1887-1897). Houve a expansão da rede escolar, e as “ligas contra o analfabetismo”

Já no período republicano, percebe-se a existência de muitas campanhas educacionais, porém, estas apresentavam pouca duração e falta de continuidade. Outro grande problema destas campanhas era a sistematização ineficiente. Apesar de todos os problemas enfrentados, estas ações buscavam apoio na sociedade para seu desenvolvimento. Assim, o governo eximia-se de sua responsabilidade enquanto disseminador e provedor da educação, não havendo compromisso de uma política educacional que atendesse as exigências de um ensino sistematizado, regular e institucional. Neste contexto a educação para jovens e adultos, pautava-se apenas na alfabetização, enquanto apropriação do código alfabético, a fim de instrumentalizar a população com noções restritivas de leitura e escrita.

1. 4 - Período Republicano: 1889 – 1964

Brasil República iniciam-se campanhas descontínuas não sistemáticas, descompromissadas sem interesse de regulamentar essa modalidade de ensino, assim, essa área foi sistemática através de ensino regular.

Percebe-se a existência de muitas campanhas educacionais, porém, estas apresentavam pouca duração e falta de continuidade. Outro grande problema destas campanhas era a sistematização ineficiente. Apesar de todos os problemas enfrentados, estas ações buscavam apoio na sociedade para seu desenvolvimento. Assim, o governo eximia-se de sua responsabilidade enquanto disseminador e provedor da educação, não havendo compromisso de uma política educacional que atendesse as exigências de um ensino sistematizado, regular e institucional.

Neste contexto a educação para jovens e adultos, pautava-se apenas na alfabetização, enquanto apropriação do código alfabético, a fim de instrumentalizar a população com noções restritivas de leitura e escrita.

Consta-se nesse período, outros movimentos vinham em confronto a esta precária realidade da educação, por exemplo, o movimento Escolanovista, (O ideário da Escola Nova veio para contrapor o que era considerado “tradicional”). Os seus defensores lutavam por diferenciar – se das práticas pedagógicas anteriores, que tinha em sua base o objetivo de modificar a estrutura educacional tradicionalista.

Portanto, neste idealismo Pedagógico da história da Educação de Jovens e Adultos, “o ler e o escrever”, passaram a ser associados e racionalizados. Por outro lado, o conhecimento era adquirido através da experiência. Os alunos eram levados a observar fatos e objetos com o intuito de conhecê-los.

A grande diferença é que na década de 1920 a escola renovada pretendia a incorporação de toda a população infantil. O aluno assumia o centro dos processos de aquisição do conhecimento escolar. A aquisição da escrita tornou-se imprescindível dentro das capacidades fundamentais para o indivíduo.

O Otimismo Pedagógico surgiu nos anos 1920, e com ênfase a partir de 1930, com o Movimento Escola Nova. O caráter qualitativo e otimização do ensino tiveram como palco as melhorias das condições didáticas e pedagógicas da rede escolar. Em 1930, o objetivo da educação começa a modificar-se, sendo que o pensamento educacional que emergia refere-se a preparação dos sujeitos para as responsabilidades da cidadania.

No que concerne à trajetória da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, pode-se considerar que a educação atravessou séculos por veredas tortuosas, reservada a uma elite dominante e totalmente exploradora, e sempre voltada à estratificação e ao predomínio social. Sendo assim, a séculos a sociedade brasileira esteve arraigada à concepção de predominância cultural, conformando-se na ideia básica de que o ensino era apenas privilégio de alguns. Daí em diante, a educação de Jovens e Adultos, seguiu sua trajetória entre rupturas e construções de um sistema político totalmente voltado para um determinado grupo social, “elite”. Devo ressaltar que as considerações aqui posta, no Brasil do séculos XIX, surgia um desafio que consistia em preparar a transição entre Escravidão e Liberdade, dando à sociedade a capacidade de ser humana e moderna, com isso, todas as matiz que a palavra moderna pudesse trazer, sem que, para tanto, ocorresse nenhum desequilíbrio na ordem vigente.

Era Vargas, (1930 a 1945), Essa época foi um divisor de águas na história brasileira, por causa das inúmeras alterações que Vargas fez no país, tanto Sociais quanto Econômicas. O Estado brasileiro começou a modificar sua estrutura, ocorrendo à centralização de ações, a formação de um estado moderno nacional, com a constituição das leis trabalhistas, normatização dos sindicatos e a expansão de sistema educativo. Através desta nova estrutura social ocorreram grandes transformações, resultando também na concentração populacional em centros

urbanos. A industrialização passou a exigir um novo perfil profissional, assim a oferta do ensino básico gratuito passou a acolher vários setores. O governo federal diante da demanda populacional impulsionou a ampliação da educação e delineou as diretrizes educacionais para todo o país, com responsabilidade dos estados e municípios.

Neste mesmo período, foi criado em 1938 o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), o qual em 1942 instituiu o Fundo Nacional do Ensino Primário, um programa destinado à ampliação da educação primária, o qual incluía o ensino de caráter supletivo para jovens e adultos.

Já nos anos 40, a "educação de adultos foi considerada como uma espécie de extensão da escola formal, principalmente para a população da zona rural" (FREIRE *apud* GADOTTI, 1979). Neste período, as ações educacionais pressupunham a instrumentalização e a preparação para o trabalho. Porém, por se tratar de um período instável, no qual vivenciou a Segunda Guerra, muitas ações não foram consolidadas.

Em 1945, no período pós-guerra, foi criada a UNESCO, com o objetivo de divulgar e promover uma educação voltada para a paz dos povos. Neste âmbito, a educação de adultos era considerada como um caminho para possibilitar o desenvolvimento de países do terceiro mundo. A educação era defendida como forma de integração social, de maneira passiva e instrumental, sem visão crítica. A criação da UNESCO, tal como as suas ações posteriores contribuíram de maneira ímpar para a discussão e implementação de ações referentes ao analfabetismo, à educação de adultos e às desigualdades sociais mundiais especialmente em países subdesenvolvidos e em desenvolvimento.

No período pós-guerra e pós Era Vargas, a política de redemocratização do Brasil surgiu de maneira efervescente. A Educação apareceu como alavanca de mudança, a qual impulsionou a necessidade de educar o povo para que o país pudesse alcançar o desenvolvimento, além da participação política ativa, através do voto, a qual se daria com a incorporação da elevada população analfabeta neste período. Devido às mudanças propostas, muitos educadores envolveram-se neste processo, num período conhecido como "entusiasmo pela educação".

Em relação à alfabetização no início do período republicano, Paiva (1987) afirma que a partir da Primeira Guerra Mundial, os problemas da educação de

jovens e adultos ganham lugar de destaque nos debates e discursos dos políticos e intelectuais, que qualificavam o analfabetismo como Vergonha Nacional e acreditavam à alfabetização o poder de elevação moral e intelectual do país, de regeneração das massas dos pobres brancos e negros libertos e de iluminação do povo e disciplinamento das camadas populares, consideradas incultas e incivilizadas.

Portanto, inicia-se uma campanha para a erradicação do analfabetismo, surgindo neste cenário os primeiros profissionais da educação , seguindo essa linha de raciocínio, surgem também as preocupações com uma escola renovadora e com um avanço na trajetória da Educação brasileira, sendo assim, cumpre-nos assinalar que devido às escassas oportunidades de acesso à escolarização na infância ou na vida adulta, até 1950, mais da metade da população brasileira era analfabeta, o que a mantinha excluída da vida política e social, pois o voto lhe era vedado.

Segundo Paiva apud Gadotti (1995, p31) “ até a 2ª Guerra Mundial, a educação de Jovens e Adultos no Brasil era integrada à Educação Popular, ou seja, uma educação para o povo, difusão do ensino elementar”. Somente depois da 2ª Guerra Mundial é que a educação de Jovens e Adultos foi concebida com independente do ensino elementar.

De acordo com Paiva apud Gadotti, (1995, p. 31), a Educação de Jovens e Adultos, em âmbito histórico, como base o período Republicano, pode ser dividida em três etapas:

1º - de 1946 a 1958, quando foram realizadas campanhas nacionais de iniciativa oficial para erradicar-se o analfabetismo;

2º - de 1958 a 1964, em 1958 foi realizado o 2º Congresso Nacional de Educação de Adultos, tendo a participação marcante do educador Paulo Freire. Esse marco abriu as portas para o problema da alfabetização que desencadeou o Plano Nacional de Alfabetização de Jovens e Adultos, dirigido por Paulo Freire, o mesmo foi extinto pelo o Golpe de Estado de 1964;

3º - de 1964 a 1985, Mobral, que foi concebido como um sistema que visava ao controle da Alfabetização da população, principalmente a rural. Com a redemocratização (1985), a “Nova República”, foi extinto o Mobral, e criou-se a Fundação Educar. Assim sendo, a educação de Jovens e Adultos foi enterrada pela a “Nova República”.

Com o fim da segunda guerra mundial e do Estado Novo, surgem a volta da tão sonhada democracia e vale destacar que com ela, também surgem as primeiras políticas públicas nacionais, e em âmbito mundial, as conferências Internacionais tendo como foco em discussão a Educação de Jovens e Adultos.

1.5 - Conferências Internacionais de Educação de Jovens e Adultos

I – Foi realizada na Dinamarca, em 1949, a Educação de Jovens e Adultos, tomou outro rumo, sendo concebida como uma espécie de Educação Moral. Dessa forma, a escola, não conseguia superar todos os traumas causados pela 2ª guerra, buscou ainda fazer um paralelo, fora dela, tendo como objetivo principal construir para o resgate do respeito aos direitos humanos e para a construção da paz duradoura;

II – Foi realizada em Montreal –Canadá – em 1963 , a educação de adultos passou a ser vista sob dois enfoques: 1º como uma continuação da educação formal, permanente e a 2º como uma educação de base ou comunitária;

III - Realizada em Tóquio – Japão, em 1972, a educação de jovens volta a ser entendida como suplência da educação Fundamental, reintegrando os jovens e adultos, principalmente analfabetos, no sistema formal de educação;

IV – Realizada em Paris – França, em 1985, caracterizou-se pela pluralidade de conceitos, surgindo o conceito de educação de adultos;

V – Realizada em Jomtien-Tailândia, em 1990. Já nessa conferência entendeu-se a alfabetização de Jovens e Adultos como a 1ª etapa da educação básica, consagrando a ideia de que a alfabetização não pode ser separada da pós-alfabetização.

1.6 - Campanhas Nacionais de Educação

Segundo Haddad (2000), a Educação de Jovens e Adultos foi instalada em 1947, como Serviço de Educação de Adultos(SEA), como serviço especial de Departamento Nacional de Educação do Ministério da Educação e Saúde, que tinha por finalidade reorientar a coordenação geral do trabalho de planos anuais de Ensino Supletivos para adolescente e adultos analfabetos. Movimento este que estendeu até o fim da década de 1950, e denominou-se Campanha de Educação de Adolescente e Jovens e Adultos – CNEAA .Sua influências significaram muito,

principalmente por criar uma infraestrutura nos estados e município e atender a Educação de Jovens e Adultos

Neste período, o governo federal lançou várias campanhas, entre elas destaca-se a Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos – (CNEAA) e Campanha Nacional de Educação Rural – (CNER), visando à extensão do então ensino primário de quatro anos para a população mais pobre que não tinha tido acesso a ele na “idade apropriada”. Porém, foi em 1947, que o governo brasileiro lança pela primeira vez a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos a – CNEAA, foi a partir deste momento que se estruturo o Serviço de Educação de Adultos do Ministério da Educação. Em relação a essa campanha, Paiva(1987, p. 178) destaca que:

A CNEAA, nasceu da regulamentação do FNEP, e seu lançamento se fez em meio ao desejo de atender aos apelos da UNESCO em favor da Educação Popular. No plano interno, ela acenava com a possibilidade de preparar mão de obra alfabetizada nas cidades, de penetrar no campo e de integrar os imigrantes e seus descendentes nos estados do Sul, além de constituir num instrumento para melhorar a situação do Brasil nas estatísticas mundiais de analfabetismo(PAIVA, 1987, p. 178)

1.6.1- Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos

Por conseqüente, pode-se evidenciar que a CNEAA – Campanha Nacional de Adolescente e Adultos, foi a primeira grande campanha para a educação de adultos no Brasil. Segundo seus idealizadores, essa campanha constituía muito para a uma área de educação que nunca fora estimada e que por sua ausência deixava à margem do processo os jovens e adultos analfabetos, proporcionando a proliferação da exclusão da sociedade. “ Esse marginalizados desapareceria, se os adultos fossem submetidos a um processo de Educação” (PAIVA,1983, p. 179). De acordo com os idealizadores dessa campanha, os pais se tornariam mais coerente e solidário. Homens e mulheres se ajustariam à vida social,dando mais acuidado para o bem estar e desenvolvimento social.

A ideia central da CNEAA, é de que adultos analfabetos era um ser marginal, “ que não pode estar ao corrente da vida nacional” e ela se associa a crença de que o adulto analfabeto era incapaz ou menos capaz do que o indivíduo alfabetizado. O analfabeto padeceria de minoridade econômica, política e jurídica: produz pouco e mal e era frequentemente explorado em seu trabalho; não poderia volta e ser voltado; não poderia praticar muitos atos de direito. “ O analfabeto não possui, enfim, sequer os

elementos rudimentares da cultura de nosso tempo”. A educação dos adultos teria, portanto, objetivos de integração do homem marginal nos problemas da vida cívica e de unificar a cultura brasileira. Seus efeitos positivos se fariam sentir no índices de produção, pois nas regiões mais produtiva, segundo Lourenço Filho, “ há taxas de mais elevada cultura popular. Com porcentagem maior de letrados. Esta educação, entretanto, deveria ser mais do que a simples alfabetização, sendo a aquisição das técnicas da leituras e da escrita apenas um meio para a “atuação positiva”; a pura alfabetização levaria os recém-alfabetizados à reabsorção pela “incultura ambiente” (PAIVA, 2003, p.212)

1.6.2- A Campanha Nacional de Educação Rural

Está Campanha nasceu em 1952, como fruto remoto do Seminário Interamericano de Educação de Adultos, realizado no Brasil em 1949, sob patrocínio da UNESCO e da OEA, e como fruto próximo de uma série de reuniões que aconteceram no Ministério de Educação e Saúde, congregando especialistas de várias áreas profissionais, no início de 1951, com o objetivo de debater o problema das populações rurais e fazer um balanço do que estava sendo realizado nesse setor.(STEPHANO E BASTO, 2005)

Seus objetivos eram investigar e pesquisar as condições econômicas, sociais e culturais da vida do homem brasileiro no campo; preparar técnicos para atender às necessidades da educação de base ou fundamental; promover e estimular a cooperação das instituições e dos serviços educativos existentes no meio rural; concorrer para a elevação dos níveis econômicos das populações rurais por meio do emprego de técnicas avançadas de organização da produção agrícola e do trabalho; contribuir para o aperfeiçoamento dos padrões educativos, sanitários, assistenciais, cívicos e morais das populações rurais. (BASTO,2005,187)

1.6.3 - A Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA)

Tinha como característica uma nova etapa nas discussões que envolviam o tema da Educação de Adultos. Paiva (1987) observava que essa campanha surgiu precisamente no momento em que se iniciava, no país, uma nova fase da educação de adultos: perante o reconhecimento da ineficácia das campanhas anteriores, os educadores mobilizaram-se em busca de novos recursos para a problemática do analfabetismo. Segundos seus organizadores, eram necessários rever a simples ação de alfabetizar, pois, os mesmos a avaliavam como insuficiente. No entanto,

evidenciavam uma área a que se devia dar prioridade, ou seja, a educação de crianças e jovens, pois segundo suas considerações, a educação ainda poderia significar alteração em suas condições de vida. Portanto, essa campanha sofreu as dificuldades de enfrentadas por todas as campanhas do MEC, até sua extinção, em 1963.(PAIVA, 1987)

Congresso Nacional de Educação de Adultos, realizado em 1958, teve como finalidade de avaliar as ações realizadas na área, visando propor soluções apropriadas para a questão, a inadequação do material didático e a qualificação do professor, bem como o estado precário dos prédios escolares, sofreram austeras críticas.

De acordo com segundo Romanelli(2005), ressalta em seu discurso que situava a educação como caminho para a restauração social, era surpreendente que os investimentos dos estados não coincidiam com essa aspiração popular. O congresso realizado em Pernambuco, contava com a presença do educador Paulo Freire, que propôs uma educação baseada no diálogo. A proposta envolvia uma educação capaz de atender as características socioculturais das camadas populares, e ao mesmo tempo estimular sua participação na realidade social. Neste congresso, discutiram, também a Lei de diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB)e, em consequente, foi elaborada em 1962 o Plano Nacional de Educação, (PNE), temos como um dos objetivos e prioridades: garantir o ensino fundamental a todos os que não tiveram acesso na idade própria ou não o concluíram. A erradicação do analfabetismo faz parte dessa prioridade, considerando-se a alfabetização de jovens e adultos como ponto de partida intrínseca desse nível de ensino. A alfabetização dessa população é entendida no sentido amplo de domínio dos instrumentos básicos da cultura letrada, das operações de matemática e elementares, da evolução histórica da sociedade humana, da diversidade de espaço físico e político mundial da constituição brasileira. Envolve, ainda a formação do cidadão responsável e consciente de seus direitos e deveres (BRASIL.PNE.out, 2006).

Portanto, em 1963 foram extintas as campanhas nacionais de educação de Jovens e adultos.

MOBRAL (1965 a 1985) Movimento Brasileiro de Alfabetização; 1985 – Fundação Educar; 1989- MOVA – Movimento de Alfabetização de Pessoa Jovens e

Adultos- Segundo Gadotti (2000) esse Movimento de alfabetização, é herdeiro de Educação Popular, não como pura e simples reprodução, mas como uma possibilidade de recriação, de reinvenção da História da Educação na América Latina”- 1990 – PNAC – Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania; 1997 – ALFASOL – Programa de Alfabetização Solidária; 2003 – PBA – Programa Brasil Alfabetizado e em 2009 - CNAEJA - Reativação da Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos. (GOES, 2000)

De acordo com as pesquisas realizadas por Haddad e Di Pierro (2000), sobre a Trajetória da Educação Jovens e Adultos, estas sofreram grandes influências políticas e transformações no decorrer da sua trajetória, em circunstância de ser períodos políticos marcado por muita censuras e autoritarismo. Os programas de alfabetização sofriam mudanças de nomenclaturas, perdiam algumas características e ganhavam outras, porém, com a mesma finalidade de “erradicar” o analfabetismo exacerbado existente no Brasil.

Portanto, as iniciativas desses períodos passam à margem das reflexões e decisões de um possível referencial teórico, elas variavam entre definições dos objetivos políticos, é o caso das companhias, que visavam preparar as massas para uma utopia organizacional da vida no país em bases democráticas.

1.7 - Destituída a Educação Popular, surge o MOBREAL

Em relação aos anos 50 e início dos anos 60, podemos estabelecer que foram períodos marcados pela a ideologia do desenvolvimento nacional e que se abria simultaneamente uma nova visão no campo social. Neste período, acompanhamos ao aparecimento de encontros e movimentos educacionais espalhados pelo país que valorizavam a cultura popular.

Segundo Cunha e Góes (2002), o método de alfabetização do educador Paulo Freire objetivava uma grande expansão da educação popular para as camadas oprimida da sociedade que serviu de inspiração para o surgimento de distintos programas educacionais como o “ De pés no chão também se aprende a ler”, “Movimento de educação de base”, “Os centros de cultura popular” e para muito as outras iniciativas que despontaram em diversos estados. Os autores ainda enfatiza a importância que esses movimentos ofereciam à participação do povo

como construtor da cultura, contrastando com a ideia até então vigente de uma cultura dada à posteridade.

De acordo como ideário de Stephanou e Basto (2005), argumenta que o surgimento dessa mobilização de forma paralela às ações governamentais, são réplicas às suas superficiais campanhas de aprendizagem. Pois, diante de um quadro em que mais de 50 % de brasileiros estavam à margem da participação política por serem analfabetos, era preciso rever o conceito de educação. Sair de uma educação reducionista (O reducionismo nada mais é que a redução de algo, ou seja, a transformação, a modificação, a manipulação de algo, afim de buscar a verdade ou a falsidade) para uma educação construtivista (*a ideia de que nada, a rigor, está pronto, acabado, e de que, especificamente, o conhecimento não é dado, em nenhuma instância, como algo terminado*) e centrada na realidade. Afinal, o analfabetismo tem suas raízes fundadas em uma sociedade injusta e desigual, e é gerada pela ausência e pela insuficiência da escolarização de crianças e adultos.

As teorias de Piaget vieram reforçar uma corrente antiga de pensamento pedagógico, que teve em Montaigne (1533-1592) um dos seus primeiros inspiradores. Por volta de 1580, ele já escrevia: "*Não cessam de nos gritar aos ouvidos, como se por meio de um funil, o que nos querem ensinar, e o nosso trabalho consiste em repetir.*" (Montaigne,1980 p. 144.)

No meio educacional, ser construtivista passou a significar ser contra o ensino baseado apenas em aulas expositivas, repetição e "decoreba". Já que a aprendizagem não é um processo passivo, é preciso buscar meios de despertar o interesse dos alunos e dar a eles um papel mais ativo.

Portanto, à proposta de uma educação pensada a partir da realidade das classes dominadas, Gramsci (2000), expressa sua força social de uma escola crítica e transformadora para essas classes. Para ele, a educação pode desempenhar um papel estratégico na concepção de mundo e, conseqüentemente, em sua transformação social. Evidente que para isso acontecer, é necessário que a educação aponte na direção de uma crítica aas concepção confusas e contraditórias.

Com o seu ensino, a escola luta contra o folclore, contra todas as sedimentações tradicionais de concepções do mundo, a fim de difundir uma concepção mais moderna, cujos elementos primitivos e fundamentais são dados pela aprendizagem da existência de leis naturais como algo objetivo e rebelde, às quais é preciso adaptar-se para dominá-las, e de leis civis e

estatais, produto de uma atividade humana, que são estabelecidas pelo o homem e podem ser por ele modificadas tendo em vista seu desenvolvimento coletivo; a lei civil e estatal organiza os homens do modo historicamente mais adequada a dominar as leis da natureza, isto é, a tomar mais fácil o seu trabalho, que é a forma própria através da qual o homem participa ativamente na vida da natureza, visando transformá-la e socializá-la cada vez mais profundamente e extremamente (GRAMSCI, 2000, p. 42)

Com a pedagogia de Paulo Freire, surgiu então o clima de mudanças no início dos anos sessenta, a Educação Popular que se articulava à ação política junto aos grupos populares: Intelectuais, estudantes, pessoas ligadas à igreja Católica e a CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Já em 1964, foi aprovado o Plano Nacional de Alfabetização. O Brasil todo, segundo a sua proposta, deveria ser atingido e orientado pela a metodologia proposta de Paulo Freire. No entanto o Brasil sofre o grande golpe militar de 64, e toda essa proposta de uma educação inovadora, passa a ser suprimida e para substituí-la foi criado o MOBRAL (GOES, 2002).

CAPITULO II

2.0 - MOBRAL

O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) foi um projeto do governo brasileiro, criado pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967, e propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando "conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida". O MOBREAL foi criado no ano de 1967 durante o Regime Militar.

MOBRAL surgiu como um prosseguimento das campanhas de alfabetização de adultos iniciadas com Lourenço Filho. Só que com um cunho ideológico totalmente diferenciado do que vinha sendo feito até então. Apesar dos textos oficiais negarem, sabemos que a primordial preocupação do MOBREAL era tão somente fazer com que os seus alunos aprendessem a ler e a escrever, sem uma preocupação maior com a formação do homem. Apesar da ênfase na pessoa, ressaltando-a, numa redundância, como humana (como se a pessoa pudesse não ser humana!), vemos que o objetivo do MOBREAL relaciona a ascensão escolar a uma condição melhor de vida, deixando à margem a análise das contradições sociais inerentes ao sistema capitalista. Ou seja, basta aprender a ler, escrever e contar e estará apto a melhorar de vida.

Durante o período do Regime Militar (1964 a 1985), o analfabeto era considerado um ser marginalizado, "inacabado". O Mobral culpava as campanhas Nacionais de educação pelo o atraso do país, sendo assim, ele constituiu sua própria pedagogia orientando-se a descrença da igualdade dos seres humanos, enquanto seres capazes de criticar, inacabados e históricos. Pode-se notar sua proposta pedagógica se estruturou na crença de que a elite, e somente ela a elite, seria capaz de elaborar projetos, os melhores possíveis e, que deveriam ser executados com obediência pelo povo.

Este Programa foi criado e mantido pelo regime militar, durante anos, Jovem e Adulto frequentaram as aulas do MOBREAL, cujo objetivo era proporcionar alfabetização e letramento as pessoas acima da idade escolar convencional. A recessão econômica iniciada nos anos oitenta inviabilizou a continuidade do

MOBRAL, que demandava altos recursos para se manter. Seus Programas foram assim incorporados pela Fundação Educar.

Segundo, Cunha e Góes (2002), havia um forte entusiasmo por mais esse movimento de alfabetização pela classe dos pedagogos da ditadura e dos economistas e militares travestidos em educadores que ignoravam que o analfabeto só foi superado, historicamente, por dois caminhos, seja primeiro pela expansão das oportunidades de ensino público e gratuito, acompanhados ou precedidos por significativas melhorias do padrão de vida das classes populares; ou então, de campanhas maciças de educação popular durante ou logo após algumas revoluções em alguns pais de regime político socialista, como por exemplo: Cuba e a ex - União Soviética. Cunha e Góes afirmam, entretanto, que no Brasil dos anos 70, não havia nenhum desses movimentos ou condições de alfabetização.

2.1 - Estruturas do MOBRAL

A estrutura do MOBRAL era uma árvore de siglas, propiciando o empreguismo característico das repartições públicas. A estrutura administrativa propunha-se a ser descentralizada e subdividida em quatro níveis: a secretaria executiva (SEXEC), as coordenações regionais (COREG), as coordenações estaduais (COEST) e as comissões municipais (COMUN). A estrutura organizacional dividia-se em gerências pedagógicas (GEPED), mobilização comunitária (GEMOB), financeira (GERAF), atividades de apoio (GERAP) e em assessoria de organização e métodos (ASSOM) e assessoria de supervisão e planejamento (ASSUP). Essa estrutura foi alterada por três vezes entre os anos de 1970 e 1980, sempre criando mais cargos.

2.2 - Grupo Interministerial

Formo-se neste período da nossa história em prol da Erradicação do Analfabetismo, o Grupo interministerial (GI) de 05 de outubro e 27 novembro de 1967. Esse grupo era formado por representante dos diversos ministério e tinha como objetivo "realizar o estudo e levantamento de recursos financeiros necessário à execução do Plano de Alfabetização Funcional e Educação Continuada de

Adultos”, o plano pretendia atingir cerca de 11.400.000, analfabetos entre 1968 a 1971 e pensava os seus idealizadores do plano que o mesmo pudesse até 1975, que, conseguisse a extinção do analfabeto no Brasil, a elaborado foi deste plano feito pelo o Departamento Nacional de Educação. Portanto, “as medidas sugeridas para o funcionamento do plano em nada diferiam daquelas já empregadas por todas as demais campanhas ministeriais de governos anteriores” (VANILDA,2000).

“Erradicar a chaga social da existência de analfabetos ou da consideração do analfabetismo como causa do desemprego (“35.000.000 de analfabetos muitos milhões de desempregados , e sem ofício, por falta de escolarização”), o MOBREAL caracterizou-se inicialmente como campanha de alfabetização , atingindo apenas cerca de 500.000 alunos nos 04(quatro) primeiros meses de funcionamento,(VANILDA, P. 292)

Segundo, Vanilda (2000) o desenvolvimento concreto do programa, passada a fase inicial de impacto, parece conduzir a um aprofundamento técnico que busca evitar a regressão da aprendizagem dos contingentes alfabetizados, deixado sem educação complementar e tratava de racionalizar a aplicação dos recursos, sendo assim, esse programa na sua trajetória, durante seus primeiros dois anos de funcionamento, mostrava que o mesmo, e, seguia em linha gerais, as mesmas pegadas da CNEAA, sem que as lições que a longa experiência do DNE, proporcionou tinha sido assimiladas.

Em 1973, só no MOBREAL central estavam alocados 61 técnicos de formação acadêmica (quadro 3). Neste corpo constam inclusive cinco técnicos de formação militar *"para uma salutar visão multidisciplinar do problema"* (CORRÊA, 1979, p. 126)

O MOBREAL foi se modificando aos poucos e cada vez mais buscando novas saídas para garantir sua continuidade. Assim, depois do começo com a campanha de alfabetização de adultos, descobriu que a Lei de sua implantação referia-se a *"educação continuada de adolescentes e adultos "* (grifo meu) e criou o Plano de Educação Continuada para Adolescentes e Adultos. E daí o Programa de Educação Integrada, o Programa Cultural e o Programa de Profissionalização. Vindo depois o Programa de Diversificação Comunitária, o Programa de Educação Comunitária para a Saúde e o Programa de Esporte. E na área da educação geral é lançado o Programa de Autodidatismo.

O corpo técnico do MOBRAL fez de tudo para que a instituição permanecesse na sua *dinâmica da coisa nenhuma*. E fez tanto, que em 1975, teve que enfrentar uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, instaurada pelo Senado Federal, após discursos dos Senadores João Calmon, Luiz Viana, Jarbas Passarinho e Eurico Rezende, em função da denúncia de atendimento a crianças de nove a quatorze anos. Na época dizíamos que era o MOBRALZINHO.

2.3 - Ideologia documental do Mobral sobre a educação

O MOBRAL é um processo que auxilia o homem a explicar suas capacidades, desenvolvendo-se como pessoa que se relaciona com os outros e com o meio, adquirindo condições de assumir sua responsabilidade como agente e seu direito como beneficiário do desenvolvimento econômico, social e cultural.

2.3.1 - Os Objetivos gerais do Mobral e seus subprogramas eram:

Planejar, ordenar, divulgar a informação ajustada aos propósitos da promoção sociocultural do indivíduo e da comunidade; isto é, se propõe a fazer uma filtragem de informações artísticas, literárias, científicas, isenta do individualismo cultural e de tal forma selecionadas, decantadas e disseminadas, que estejam prontas para a absorção adequada do mobralense.

2.3.2 - Dois Princípio Metodológico do Mobral

Funcionalidade e Aceleração: Funcionalidade significa a partir da realidade individual, isto é, do conjunto de experiências e conhecimento que o aluno traz para a escola, e por isso, permite acelera o processo educativo, uma a vez que é aproveitada as habilidades que a vida já se encarregou de desenvolver, consiste também em prepará-lo para desempenhar uma função nesta sociedade.

2.3.3 - Metodologias do Mobral

A metodologia de alfabetização do Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBREAL, não se diferenciava, portanto, dos métodos propostos pelo educador Paulo Freire. No entanto, os idealizadores do Mobreal, simplesmente plagiaram uma série de procedimentos dos programas anteriores, principalmente os do educador Freire, idealizador das palavras geradoras, o mesmo foi perseguido pelo Sistema Político - Regime Militar. Portanto, o método de Freire, e suas palavras geradoras, era subtraída do universo vivenciado pelos próprios alfabetizados, que a educação é conscientização, enquanto no Mobreal, estas palavras eram impostas pelos tecnocratas a partir de "um estudo preliminar das necessidades humanas básicas" (quadro 2). Então, segundo (FREIRE, 2002 p. 43) "A utopia estimula a busca e, ao se denunciar certa realidade, ao mesmo tempo se estará buscando outra". Nosso desafio como educador é organizar os procedimentos utópicos sem sufocar a capacidade utópica.

III CAPÍTULO

3 - Programas do Mobral

3.1 - O programa de Alfabetização Funcional

É considerada analfabeta funcional a pessoa com 15 ou mais anos de idade e com menos de quatro anos de estudos completo. Em geral, ele lê e escreve frases simples, mas não consegue, por exemplo, interpretar texto.

Segundo Corrêa (1979) o Programa de Alfabetização Funcional apresentava-se os seguintes objetivos: Desenvolver nos alunos habilidades de leitura, escrita e contagem; Desenvolver um vocabulário, que permita o enriquecimento de seus alunos; Desenvolver o raciocínio, visando facilitar a resolução de seus problemas e os de sua comunidade; Formar hábitos e atitudes positivas, em relação ao trabalho; Desenvolver a criatividade, a fim de melhorar as condições de vida, aproveitando os recursos disponíveis; Levar os alunos: a conhecer seus direitos e deveres e as melhores formas de participação comunitária; a se empenharem na conservação da saúde e melhoria das condições de higiene pessoal, familiar e da comunidade; a se certificarem da responsabilidade de cada um, na manutenção e melhoria dos serviços públicos de sua comunidade da conservação dos bens e instituição; a participação do desenvolvimento da comunidade em vista o bem-estar das pessoas.

Como podemos notar a preocupação do Mobral implica nos objetivos geral e específicos, é a de fazer constante relação do indivíduo com o seu meio mais próximo, numa tentativa de repasse de responsabilidade e enquadramento do indivíduo, essa verdade que não faz parte de seus interesses imediatos.

De acordo com Freitas (1986), Não há referências quanto a melhorias salariais e melhores condições de trabalho, mas refere-se a “formar hábitos e atitudes positivas, em relação ao trabalho; também não há registros ou referências aos direitos e deveres do estado para com o cidadão, mas diz que os alunos devem conhecer seus direitos e deveres e as melhores formas de participação comunitária, também não fala dos objetivos e das obrigações dos serviços públicos, no entanto fala de:

“É responsabilidade de cada um (...)na conservação das (...) instituição” e não faz a menor referência quanto a responsabilidade do estado no que diz respeito ao atendimento de saúde e das condições de higiene básica dos cidadão das comunidades, mas diz que o cidadão deve se “empenhar na conservação da saúde e melhoria das condições de higiene pessoal e da comunidade”. Portanto, as características básicas da educação neste período da nossa história eram oferecidas uma espécie de “culto de obediência às Leis”, (FREITAS, 1986, p. 90).

Os técnicos do MOBRAL defendiam que o método utilizado baseava-se no aproveitamento das experiências significativas da clientela. E assim, como no método empregado se divergisse ideologicamente do método de Paulo Freire(expurgado pelo o regime militar) que implantou o MOBRAL, que utilizava-se, semelhantemente a este, de palavras geradoras(quadro II) e de uma série de procedimentos para o processo de alfabetização, como o Programa de Alfabetização Funcional.

3.1.1 – Objetivos do Programa de Alfabetização Funcional

Segundo Paiva (1979) esse procedimentos era caracterizados por diversas formas de apresentação, como: Apresentação e exploração de cartaz; Estudo da palavra geradora, depreendida do cartaz; Decomposição silábica da palavra geradora; Estudo das famílias silábicas, com base nas palavras geradoras; Formação e estudos de palavras novas; Formação e estudos de frases e texto.

3.2 - Programa de Educação Integrada

Já este Programa foi implantado em 1971, tendo seu período de expansão entre os anos de 1972 e 1976 e, segundo os seus técnicos do Mobral, revitalizou-se em 1977. Foi criado para dar continuidade ao Programa de Alfabetização Funcional , imbuídos do sentimento de educação permanente, ou seja, o aluno considerado alfabetizado recebia uma espécie de promoção passando para uma fase onde teria continuidade e progressividade das condições educativas.

3.2.1 - Objetivos Gerais do Programa de Educação Integrada

Criado com o objetivo de dar prosseguimento a formação acadêmica do indivíduo. Os objetivos Gerais do programa, de acordo com Corrêa (1979) eram: Propiciar o desenvolvimento da autoconfiança, da valorização da individualidade, da liberdade, do respeito ao próximo, da solidariedade e da responsabilidade individual e social; Possibilitar a conscientização dos direitos e deveres em relação à família, ao trabalho e a comunidade; Possibilitar a ampliação da comunicação social, através do aprimoramento da linguagem oral e escrita; Desenvolver a capacidade de transferência de aprendizagem, aplicando os conhecimentos adquiridos em situação de vida prática; Propiciar o conhecimento, utilização e transformação da natureza pelo o home, como fator de desenvolvimento pessoal e da comunidade; Estimular as formas de expressão criativa; Propiciar condições de integração na realidade socioeconômica do país.

3.2.2 - Objetivos Específicos do Programa de Educação Integrada

Programa de Educação Integrada, visava à preparação do indivíduo como produtor e consumidor, ou seja, a pessoa como elemento integral na comunidade.

Objetivos Específicos: Proporcionar conhecimentos básicos relativos aos conteúdos das diferentes áreas, correspondente ao núcleo comum dos quatro primeiras série do ensino do primeiro grau, obedecendo as características de funcionamento e aceleração e; Fornecer informações para o trabalho, visando o desempenho em ocupação que requeiram conhecimento a nível das quatro primeiras série do primeiro grau, proporcionando condições maior produtividade, aos já integrados na força de trabalho, e permitindo o acesso a níveis ocupacional da maior complexidade.

3.3 - Programa Mobral Cultural

Este programa da EJA, foi lançado em 1973, com fins de propagar a cultura ao povo brasileiro, permitindo aos estudantes acesso a manifestações artístico-culturais. Segundo seus idealizadores (os técnicos), era uma complementação da ação pedagógica, e tinha como objetivo: “concorrer de maneira informal e dinâmica para difundir a cultura do povo brasileiro e para a ampliação do universo cultural do mobralense e da comunidade a que ele pertence.

3.3.1 – Objetivos do Programas Culturais do Mobral

Segundo Corrêa(1979) objetivos deste programa era promover e assegurar a transformação e aplicação de conhecimentos e atitudes. Contribuir para atenuar ou impedir a regressão do analfabeto; Reduzir a deserção dos alunos de Alfabetização funcional; Diminuir o número de reprovações; Agir como fator de mobilização; Incentivar o respeito associativo e comunitário e; Divulgar a filosofia do Mobral em atividades dirigidas ao lazer e das quais participariam o **mobralense**, em especial, e a comunidade em geral.

Se a prática de alfabetização desenvolvida pelos novimentos de educação e cultura popular estava vinculada à problematização e conscientização da população sobre a realidade vivida e o educando era considerado participante ativo no processo de transformação dessa mesma realidade, o golpe Militar de 1964, a alfabetização se restringe, em muitos casos, a um exercício de aprender a “ desenhar o nome” (STEPHANOU E BASTOS, 2005 p. 270)

O MOBREAL, procurando direção e pretendendo ofuscar as pedagogias populares de educação de adulto, buscou na teoria de Paulo Freire, mas dando-lhe uma leitura que se aproximava das orientações aplicadas à Campanha Nacional de Alfabetização de Adultos, subestimando a capacidade de voluntários e alunos cuja atividades, em geral, se restringia a decompor sílabas.

Os princípios que norteavam a ação para desperta a consciência crítica do mundo histórico-cultural, baseavam-se em teorias discutível quanto a sua democratização.

3. 4 - Programa de Profissionalização

A ideia do MOBREAL era de integração de seus alunos no mercado de trabalho, matinha dentre seus programas, o chamado Programa de Profissionalizante e, seu surgimento foi em 1973, estabelecendo parceria com entidades privadas buscando profissionalizar a educação. Buscou convênio como o Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra, cabe ressaltar neste contexto da educação, que algumas empresas deram a sua colaboração para a manutenção deste programa. Os beneficiários deste programa possuiria instrução de cunho profissional.

3.4.1- Objetivos do Programa de Profissionalização

Segundo Jannuzzi, (1987), Objetivo geral desse subprograma do Mobral era estimular e proporcionar meios à ascensão sócio econômica do mobralense através de informação e treinamento profissional, bem como orientá-lo para o correto aproveitamento de suas potencialidades, considerando as condições peculiares do mercado de trabalho.

Objetivos específico deste programa era o atendimento em larga escala – a metodologia deveria permitir, por meio de pequenas adaptações, sua aplicação em todo o país, permitindo, assim, uma certa economia de escala; atendimento a nível de semiquificação – dentro do princípio de que às entidades de treinamento caberia o papel de formar homens ‘treináveis’ e às empresas, a sua especialização; mobilidade no mercado de trabalho – deveriam ser dados conteúdos comuns a várias ocupação agrupadas por semelhança de tarefas e/ou operações, material/ferramental utilizado ou a mesma base teórica de conhecimento. Assim, tendo conhecimento relativos a um grupo de ocupação -,Família Ocupacional – o aluno poderia mais facilmente acompanhar as mudanças e transformações do mercado de trabalho; adequação à realidade da clientela mobralense - dentro desse princípio, os cursos deveriam ser rápidos, com baixa exigência de escolaridade e em horário compatíveis com as necessidade de uma clientela adulta.

Sabe-se que o MOBREAL, ainda procurava direção e pretendia ofuscar as pedagogias populares de Educação de adultos, sendo assim, busco a teoria de Paulo Freire, mas dando-lhe uma leitura que aproximava das orientações aplicadas nas campanhas anteriores como, a Campanha Nacional de Alfabetização de Adultos. O objetivo do Mobral era fazer com que os alfabetizados aprendessem técnicas de leitura e cálculos para que fossem enquadrados no seu meio social. Observa-se ainda que a preocupação era para a formação de Mao de obra, prevendo inclusive o treinamento já na própria empresa onde o Mobral teria a incumbências de preparar o individuo para ser treinado numa atividade específica.

3.5 - Programas de Educação Comunitária para a Saúde

Tinha objetivos que estavam relacionados com o desenvolvimento de atividades que libertassem o indivíduo de suas dependências à comunidade, porque é o homem que produz e goza do desenvolvimento.

O projeto Mobral, em si, deu prioridade a o modelo político-econômico do regime Militar, modelo este, em que não tinha interesse em elevar o nível das classes populares, por isso, o problema não era apenas educacional, mas principalmente político. Portanto, o PECS, pretendia explorar apenas o nível de “entendimento”, do aluno que o mesmo fosse atingido também na sua comunidade no que diz respeito à Saúde. Sendo assim, esse programa previa-se a participação da comunidade nesta questão e para isso foi feita uma espécie de cartilha, chamada de: Documento sobre o Conteúdo Básico de Educação Sanitária para o Mobral, que teve a participação da Divisão Nacional de educação sanitária do Ministério da saúde.

3.5.1- Objetivos do Programa de Educação Comunitária para a Saúde

O objetivo Geral deste programa era: Propiciar a melhoria das condições de saúde das populações residentes na área de atuação do programa, principalmente as mais carentes, através de trabalho de natureza educacional.

Segundo Corrêa,(1979) este subprograma do MOBREAL, possuía os seguintes Objetivos Específicos: Motivar e possibilitar mudanças de atitudes em relação à saúde; Estimular e orientar a comunidade para o desenvolvimento de ações que visem a melhoria das condições higiênicas e alimentares e dos padrões de saúde, a partir das necessidades sentidas; Desenvolver uma infraestrutura de recursos humanos, pertencentes às comunidades a serem atingidas pelo o programa, para atuação no campo da educação para a saúde; Integra esforços aos de entidades que atuam na área de saúde e outras, a fim de maximizar recursos para uma efetiva melhoria das condições de saúde, saneamento e alimentação.

Sua proposta de educação, por ser baseada em interesse políticos, motivou a necessidade de desenvolver um discurso ideológico, onde se fazia acreditar que seus alunos saíam capacitados para integra-se no mercado de trabalho, o que levaria a uma melhor qualidade de vida, além de prepará-lo para o exercício da cidadania

3.6 - Programas diversificada de Ação Comunitária

Como o próprio programa afirma, este programa era subdividido em outros subprogramas; Educação; Saúde e Saneamento; Promoção profissional; Nutrição; Habitação; Atividades de Produção; Conservação da natureza; Esportes; Pesquisa.

Estes programas eram desenvolvidos em três etapas: mobilização, organização de grupo e manutenção do trabalho, e tinha como objetivos de mobilização a população e que consistia em chamar a “ população para a participação em uma atividade onde a própria comunidade planejar o que irá executar, após levantar as prioridades em relação às suas necessidades e interesses”, Organização, “para discutir estratégias, dividir tarefas, responsabilidades, avaliar e, se necessário, fazer reformulação no plano”(CORRÊA, 1979, p. 340)

3.7 - Programa de Autodidatismo

Percebe-se que o MOBREAL, destinado a EJA, partiu de uma visão de mundo predeterminado, pois seus objetivos tanto Gerais como Específicos, eram previamente definidos pelo o Mobreal central, no entanto, não davam oportunidades aos profissionais da educação de discutir os caminhos mais viáveis para executar tal projeto.

3.7.1 – Objetivos do Programas de Autodidatismo:

Segundo Corrêa (1979), tinha os seguintes Objetivos Gerais e Específicos: Objetivos Gerais: Proporcionar alternativa educacional, através de atendimento numa linha de autodidaxia, às camadas menos favorecidas da população; Ampliar a atuação do Posto Cultural, imprimindo-lhe características de uma agência de educação permanente, com programas voltados para um aperfeiçoamento constante da população.

Objetivos específicos: Possibilitar a aquisição e ampliação de conhecimentos, tomando-se como base o Programa de Educação Integrada e o reingresso no sistema regular de ensino; Colocar ao alcance da clientela materiais que despertem e favoreçam o desenvolvimento de mecanismo necessário a uma

educação permanente, proporcionando ao alfabetizador, já atuante, aprimoramento profissional.

Portanto, a ideia do MOBREAL encontra-se no contexto do regime militar no Brasil, iniciado em 1964, cujo governo passa a controlar os programas de alfabetização de forma centralizada. Até então, duas décadas antes, a reflexão e o debate em torno do analfabetismo no país convergiam para a consolidação de um novo modelo pedagógico. Nesse modelo, o analfabetismo era interpretado como efeito de uma situação de pobreza gerada por uma estrutura social não igualitária e, sendo assim, a educação e a alfabetização deveriam partir de um exame crítico da realidade existencial dos educandos, da identificação das origens de seus problemas e das possibilidades de superá-los. Os programas de alfabetização orientados neste sentido foram interrompidos pelo golpe militar, porque eram considerados uma ameaça ao regime, e substituídos pelo Mobral. Dessa forma, muitos dos procedimentos adotados no início da década de 60 foram reproduzidos mas esvaziados de todo senso crítico e problematizador.

4 - Principais teorias pretendidas:

Segundo Corrêa,(1979) as principais teorias pretendidas do Mobral, eram: Democratização da cultura; dinamização da criatividade e intercâmbio cultural; valorização do homem e da cultura local e, preservação da cultura popular.

Sabemos todos que a cultura é algo dinâmico, é uma forma de identidade de uma sociedade, e neste contexto ela é colocada em confronto com outras culturas, no entanto, o idealismo do programa Mobral, era justamente de preservar valores culturais, apesar de fazer referências a democratização da mesma.

5.0 - Métodos

Portanto, os Métodos adotados pelo o MOBREAL, não parte do diálogo, pois concebe a educação como investimento, visando a formação de mão de obra com uma ação pedagógica predeterminada.

5.1 - Métodos e Técnicas de Preparação de Material de Alfabetização do MOBREAL

No MOBRAL, assim como nos demais Programas de alfabetização de Jovens e Adultos, elaborados pelo o Governo federal, não consegue atingir seus objetivos, pois, ainda não compreenderam que os projetos de alfabetização de jovens e adultos, só terá êxito caso se enfrente os problemas estruturais, tanto Socioeconômicos quanto cultural.

Quanto as Técnicas adotadas no programa Mobral, era: Codificação, palavras geradoras, cartazes com as famílias fonéticas, quadros ou fichas de descobertas e material complementar, está presente na sua pedagogia, o que vem a ser o modelo de Paulo Freire.

6.0 - Confronto Pedagógicos dos Métodos de alfabetização do Mobral e Paulo Freire

Métodos de alfabetização do Mobral – o MOBRAL mantinha uma linha pedagógica de Método Misto ou Eclético,(método rígido e tradicional), ora analítico-sintético ora sintético-analítico, consiste na mistura intencional e sistematizada dos métodos, em decorrência da disseminação e da repercussão dos testes ABC, de Lourenço Filho, cuja finalidade era medir o nível de maturidade necessário ao aprendizado da leitura e da escrita, visando à maior rapidez e eficiência na alfabetização. A importância do método fica em segundo plano uma vez que o como ensinar encontra-se agora subordinado à maturidade da criança e as questões de ordem didática, subordinam-se as de ordem psicológicas. Entretanto, permanece a função instrumental de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita entendidas como habilidades visuais, auditivas e motoras, baseada na decomposição das Palavra Geradoras, que foram escolhidas a partir da necessidades básicas do homem: amor, trabalho, liberdade, fé, alimentação, lazer, recreação, saúde, habitação, segurança e auto realização.

No MOBRAL, a educação é adaptação, investimento socioeconômico, preparação de mão – de obra, para o mercado de trabalho. Como esse mercado se transforma também os quadros de mão de obra devem ser atualizado pela educação, daí seu caráter permanente para a reciclagem constante.

Para o MOBRAL, ele constrói sua proposta pedagógica baseado na crença de que a elite é capaz de elaborar projetos, os melhores possíveis, que devem ser executados obedientemente pelo o povo.

Portanto, os métodos empregado neste programa, baseava-se em técnicas de Trabalho em grupo, e em ajuda mútua e inserção comunitária.

6.1 - Métodos de alfabetização Paulo Freire

O Método pedagógico desenvolvido pelo o educador Freire, consiste numa proposta de alfabetização de adultos, que, inicia-se pelo levantamento do universo vocabular dos alunos através de conversas informais. Selecionam-se as palavras que servirão de base para as lições, e depois se passa a exercitá-la com a participação do grupo. Cada palavra geradora é estudada através da divisão silábica, semelhantemente ao método tradicional. As sílabas desdobram-se em suas respectivas famílias silábicas, com a mudança da vogal. Por exemplo, a palavra “ROBÔ”, as sílabas são RA-RE-RI-RO-RU, BA-BE-BI-BO-BU. O passo seguinte é a formação de palavras novas usando as famílias silábicas agora conhecidas.

Em Paulo Freire a educação é conscientização, práxis social, isto é, momento de reflexão radical, rigorosa e de conjunto sobre realidade em que vive, de onde sugira o projeto de ação a ser executada. É um processo permanente por que a ação depois de executada deverá novamente ser realizada, donde novo projeto, nova reflexão e, assim, ininterruptamente.

Paulo Freire constrói sua pedagogia baseando-se na crença da igualdade ontológica dos seres humanos, enquanto seres capazes de crítica, autêntica, finito, inacabados, históricos.

Sendo assim, o Educar é muito mais que reunir pessoas numa sala de aula é transmitir-lhe um conteúdo, tipo: já pronto. É papel do docente, especialmente o professor que atua na EJA, é necessário que o docente saiba fazer um bom diagnóstico, para compreender melhor o aluno e sua realidade diária/social. Enfim, que ele acredite nas suas possibilidades do ser humano, buscando seu crescimento tanto pessoal como a vida profissional. É necessário que a sociedade compreenda que aluno da EJA, vivencia fortes problemas como preconceito, vergonha,

discriminação, entre outros. Portanto, tais questões são vivenciadas tanto no cotidiano familiar como na vida em comunidade.

7.0 - Programa - Fundação Educar

O MOBRAL foi extinto em 1985, surgindo desta forma a Fundação Educar(1985 a 1990), que desempenhou um papel relevante na atuação do Ministério da Educação junto as Prefeituras municipais e organizacionais da sociedade civil, com destaque nos movimentos sociais e populares.

A Fundação Educar foi criada em 1985 e, diferentemente do MOBRAL, passou a fazer parte do Ministério da Educação. Exercia a supervisão e o acompanhamento junto às instituições e secretarias que recebiam os recursos transferidos para execução de seus programas. O objetivo da EDUCAR era “promover a execução de programas de alfabetização e de educação básica não formais, destinados aos que não tiveram acesso à escola ou dela foram excluídos prematuramente” (ZUNTI, 2000, p. 11).

Mudanças significativas foram perceptíveis na condução da formação do educador e na concepção político-pedagógico do processo de ensino-aprendizagem. “O período foi marcado pelos conflitos entre Estado e Movimentos Sociais originários pelo atraso no repasse dos recursos e na defesa da autonomia dos movimentos na condução dos processos pedagógicos” (FARIAS, 2006, p. 16).

No ano de 1990, sendo este ano Internacional da Alfabetização aconteceu o contrário, ao invés do Governo de Fernando Collor de Mello dar prioridade a Educação simplesmente aboliu a Fundação Educar, sendo que não criou nenhuma outra instância que assumisse suas funções. Desta forma, a partir deste ano o Governo ausenta-se como articulador e indutor de uma política de alfabetização de jovens e adultos no Brasil.

Já o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC) criado em 1990 na gestão do governo de Fernando Collor de Mello, que tinha como objetivo de alfabetizar 70 % da população analfabeta em cinco anos. Este programa não teve qualquer ação significativa.

Após alguns anos, o Governo Federal instituiu o Pronera – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. Este programa, consiste em uma política de Educação do Campo desenvolvida em áreas da Reforma Agrária, executada pelo governo brasileiro. O objetivo do Pronera é fortalecer o mundo rural

como território de vida em todas as suas dimensões: econômicas, sociais, ambientais, políticas, culturais e éticas.

De acordo com Zunti (2000), o Pronera nasceu em 1998 e promove a justiça social no campo por meio da democratização do acesso à educação na alfabetização e escolarização de jovens e adultos, na formação de educadores para as escolas de assentamentos/acampamentos e na formação técnico-profissional de nível médio e superior.

Já o Planfor surgiu para mobilizar e articular, gradualmente, toda a capacidade e competência de educação profissional disponível no país de modo que se alcance, a partir de 1999, oferta de educação profissional suficiente para qualificar ou requalificar, anualmente, pelo menos 20% da População Economicamente Ativa (cerca de 15 milhões de trabalhadores). Promove, assim, a constituição e articulação de uma ampla rede nacional de instituições públicas e privadas voltadas à Educação Profissional.

8.0 - - Alfabetização Solidária (AlfaSol) X Programa Brasil Alfabetizado

De acordo com Barros e Alencar (2009), A Alfabetização Solidária manifestou-se, inicialmente, como uma visão assistencialista. Não concebia a função transformadora da educação, e sim, reproduzia a assistência que recebia de governantes locais. Aos poucos, a prática de ensino foi sendo transformada e durante o segundo semestre de 2002 o Programa de Alfabetização Solidária – PAS - passou a se chamar AlfaSol e ser uma organização Não Governamental – ONG. Nos dias atuais, este programa continua atuando na alfabetização de jovens e adultos.

Em 2002, na gestão do governo de Luís Inácio Lula da Silva, foi criado o Programa Brasil Alfabetizado e das Ações de continuidade da EJA.

No ano de 2003 foi criado o Programa Brasil Alfabetizado. Este Programa, assim como os demais, tem como proposta erradicar o analfabetismo e incluir socialmente pessoas analfabetas.

A Secretaria Extraordinária Nacional de Erradicação do Analfabetismo – é a encarregada de organizar e coordenar o programa que conta com a participação do

governo, empresas, IES, ONGs e associações entre outras organizações de sociedade civil.

Ao analisarmos os programas AlfaSol e Brasil Alfabetizado, percebemos que os dois foram criados com um único objetivo: erradicar o analfabetismo, mas apesar disto, algumas diferenças devem ser destacadas:

Quando nos deparamos com os dois programas oferecidos, percebemos que qualquer um deles poderá ser eficaz se acontecer de forma transformadora, envolvendo a todos. Qualquer programa que leve em consideração as necessidades e os anseios da população será sempre bem vindo.

De acordo com Freire:

A Educação popular se propõe a contribuir para a transformação social, tendo como objetivo a construção de uma nova sociedade que responda aos interesses e aspirações dos setores populares. Nessa medida coloca-se uma prática fundamentalmente transformadora e inovadora que busca incidir tanto a nível da sociedade em seu conjunto como a nível dos grupos e sujeitos envolvidos nela, vindo tanto nos educandos como nos educadores sujeito dessa transformação. (FREIRE, 1996, p.18).

Na visão de Freire (1996), educação popular é estimular o aluno a perguntar, a criticar, a criar, articulando este saber com o saber científico, mediado pelas experiências do mundo.

Freire idealizava uma sociedade mais justa, que iniciasse pela conscientização política, social e cultural do povo. Sendo assim, o professor que se dedica a ensinar nos projetos ALFASOL ou BRASIL ALFABETIZADO, tendo plena consciência de seu papel, certamente contribuirá para uma educação realmente transformadora.

A Constituição Federal de 1988 (art. 214, 1) determina como um dos objetivos do Plano Nacional de Educação a integração de ações do Poder Público que conduzam a erradicação do analfabetismo.

A LDB 9394/96, determina no art. 4, inciso VII a educação escolar regular para Jovens e Adultos como direito e um dever da sociedade e do governo: “oferta de educação escolar para jovens e adultos, com características e modalidade adequadas as disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola”.

O Art. 37, LDB – 9394/96 - estabelece a EJA como uma modalidade de ensino obrigatória: “A educação de jovens e adultos será destinada aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”.

Em seu art. 38, a LDB 9394/96 menciona que - Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular que estabelece o currículo a ser seguido deve seguir a Base Nacional Comum: Língua portuguesa, matemática, ciências, estudos sociais e artes.

Segundo o PNE o déficit de atendimento no ensino resultou, ao longo dos anos, num grande número de jovens e adultos que não tiveram acesso ou não lograram terminar o ensino fundamental obrigatório. O analfabetismo está intimamente associado às taxas de escolarização e ao número de crianças fora da escola. Todos os indicadores apontam para a profunda desigualdade regional na oferta de oportunidades educacionais e a concentração de população analfabeta ou insuficientemente escolarizada nos bolsões de pobreza existente no país. Para acelerar a redução do analfabetismo é necessário agir ativamente tanto sobre o estoque existente quanto as futuras gerações.

A Constituição Federal de 1988 e a LDB 9394/96, confere aos municípios a responsabilidade do Ensino Fundamental, e estabelece que o sistema de ensino seja gratuito a EJA, ou seja, aqueles que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, considerando as características do aluno, seus interesses, condições de vida e trabalho.

IV – CAPÍTULO

9 - METODOLOGIA DA PESQUISA

Com base nos objetivos estabelecidos, a investigação sobre a Educação de Jovens e Adultos - EJA, e tendo como foco especial o Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL, essas pesquisas foram embasadas de forma qualitativa e quantitativa, tendo como base uma exploração bibliográfica.

O presente estudo tem como referências metodológicas bibliográficas. Conhecimento teórico que servira como alicerce para a fundamentação de conceitos básicos que envolvam à práticas Educativas pedagógicas de Jovens e Adultos, ao longo da história da educação, neste contextos, esses relatos, possam contribuir para a elaboração de Políticas Públicas Pedagógicas, e que venha a ter uma relevância para essa área de conhecimento.

A pesquisa bibliográfica é realizada a partir de um levantamento de material com base em dados já analisados e publicados por meios escritos e eletrônicos, como livros, e artigos científicos, paginas de web sites, sobre o tema que desejamos conhecer.

Os recursos matérias para o conhecimento dessa pesquisa foram: Papel, Livros, Artigos, impressão de materiais textuais, pasta de arquivos do computador, bem como pesquisas na Web.

RELATO DE EXPERIÊNCIA PROF.^a ALDENÔRA Mobral – 1967 a 1985 – Pesquisa Oral

Programa de Alfabetização Funcional -1968 a 1972.

O curso de formação dos docentes era administrado por professores da capital Teresina.

A capacitação dos docente tinha duração de uma semana, no final, recebiam o resultado do curso juntamente como material, e os mesmo eram renumerado durante a formação.

Na verdade a formação dessa docente foi nos anos 50 a mesma afirma que durante 5 anos, tinha aulas durante 3 meses, e as aulas era num período integral, ou seja, manha e tarde. Segundo a mesma ela recebeu um certificado dado pelo o professor da época, equivalente a ensino fundamental II. Também justifica que todas as aulas que foram administradas pelo o professor foram pagas pelo o seu Pai, e as aula eram na sua casa. Disciplinas assistida: Português e Matemática

Estrutura da Sala:

Mesa, cadeiras, quadro-negro, Luz (candeeiros ou velas) a mesma era colocada em cima de um torno, ou até mesmo em cima da própria mesa, e as aulas eram administrada no período da noite.

Tinha um número de aluno em média 25, no entanto, esse número alternava de acordo com o modulo.

Com relação a evasão, segundo a mesma era frequente a falta de aluno.

Tinham plano de aula, para cada livro era elaborado um plano de aula.

Quanto a frequência não era obrigatório, em relação ao salário a mesma afirma que ganhavam bem, recebiam na biblioteca municipal de Picos. Salário de 100 Cruzeiros

1968 – Programa de Alfabetização Funcional - na gestão do prefeito Municipal de Picos, esse emprego era de cunho político. O governo Federal era quem disponibilizado o material didático para os município e os mesmo distribuía para os professore, e os alunos: livros, apostilhas, giz, era dividido em módulos, cada modulo o professor tinha uma nova preparação para a aplicação

A cada modulo o professor tinha que enviar as notas pelos os correios.

Por questões política, em 1972 ela foi desligada desse programa.

RELATO DE EXPERIÊNCIA PROF.^a ALDENORA JOAQUINA

Programa Educação Comunitária de Saúde – 1978 a 1982-

O curso de formação dos docentes era administrado por professores da capital Teresina.

A capacitação dos docentes tinha duração de uma semana, no final, recebiam o resultado do curso juntamente como material, e os mesmo eram

renumerado durante a formação.No final de cada capacitação eram distribuído o material didático que seriam utilizados.

Não precisava informar o resultado desse programa, tipo: boletim, apenas fazia um relatório do que foi administrado a cada mês.

Já nesse programa não era destinada a alfabetização dos adultos, mas sim, destinado a conscientização no que diz respeito a saúde, higiene, alimentação.

As aulas eram administradas uma vez por semana aos domingos, quem quisesse participar tinham livre o acesso, não tinha matrícula, e nem tampouco frequência, também o público que participavam desse programas eram somente pessoas adulta,na maioria mulheres, há! Tinha uma apequena restrição nas aulas de higiene pessoal, destinadas somente as mulheres.

Com relação ao salário, ufa, menos que a metade do mínimo.

Por questões política, em 1982 ela foi desligada desse programa.

10 - Conclusão

Considerando a trajetória da EJA no Brasil, durante vários anos desde o início da colonização, passando pelo Império e República até o momento atual, foram desenvolvidos projetos de alfabetização voltados para a EJA, estes tem sido pautado por campanhas ou movimentos, desenvolvidos a partir da administração federal, com envolvimento de organizações da sociedade civil, tendo em vista à realização de propostas ambiciosas de erradicação do analfabetismo no país, visando a formação de mão de obra, em curtos espaços de tempo.

Metodologicamente falando, as diferenças entre o método proposto por Paulo Freire e pelo MOBRAL, não tem diferenças substanciais. A diferença é marcada pelo referencial ideológico contido numa prática e noutra. Enquanto Paulo Freire propunha a “Educação como prática da Liberdade” o projeto pedagógico do Mobral propunha intrinsecamente o condicionamento do indivíduo ao status quo.

O projeto MOBRAL permite compreender bem esta fase ditatorial da educação no país. A proposta de educação era toda baseada nos interesses políticos vigentes na época. Em 1978 o programa do Mobral atendeu “quase 2 milhões de pessoas, atingindo um total de 2.251 municípios em todo o país. Todo esse idealismo político tinha como objetivo cumprir metas estabelecidas pelo Presidente, que desejava “uma organização já estruturada e com significativa experiência a serviço da política social do governo e voltada para a efetiva promoção do homem brasileiro”.

Já no ano de 1977 a receita do MOBRAL foi de Cr\$ 853.320.142,00, para atender 342.877 mil pessoas, o que permitiu saber que o custo per capita foi de Cr\$ 2.488,00. Os custos financeiros deste programa eram muito altos. Esse programa recebia recursos tanto da União, como do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2% do imposto de renda e ainda um percentual das Loterias esportivas.

O MOBRAL pode ser considerado como uma instituição criada para dar suporte ao sistema de governo vigente - Regime Militar - como aparelho ideológico de Estado.

Mas com a recessão econômica a partir dos anos 80, veio inviabilizar o Mobral que sugava da nação altos recursos para se manter ativa. Portanto seus Programas foram incorporado pela a Fundação educar

Sendo assim, o principal objetivo da EJA é de auxiliar cada indivíduo a tornar-se tudo aquilo que ele tem capacidade para ser. Nos dias de hoje, a alfabetização não visa somente à capacitação do aluno para o mercado de trabalho é também necessário que a escola desenvolva no aluno suas capacidades, em função de novos saberes que se produzem e que demande um novo tipo de profissional, e, que o educando obtenha uma formação indispensável para o exercício da cidadania.

Educai as crianças para que não seja necessário punir os adultos.

Aristóteles.

11 APÊNDICE

QUADRO 1	
TAXA DE ANALFABETISMO DO BRASIL (IBGE/CENSO DEMOGRÁFICO) DE 1900 A 2000	
ANO	ÍNDICE
1900	65,3%
1920	65,0%
1940	56,1%
1950	50,6
1960	39,7
1970	33,7
1980	25,9
1991	19,7
2000	13,6
EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE ANALFABETISMO DURANTE O MOBRAL	
ANO	ÍNDICE
1970	33,6%
1971	30,7%
1972	26,6%
1973	25,5%
1974	21,9%
1975	18,9%
1976	16,4%
1977	14,2%

- Dos 10% de analfabetos no país: 13,2% são negros, 13,7% são pardos e 6,2% são brancos (**IBGE/PNAD2008**)
- Os brancos estudam em média 2 anos a mais que os negros e ganham, em média, quase dois salário mínimo a mais que os negros.

12 - Referências

BARROS, Katharyna e ALENCAR, Ana Paula. **Mídia-Educação para adultos: uma questão de interação social.** Disponível em : <http://www.mvirtual.com.br/midiaedu/monografias/alencar_barros.pdf.> Acesso em 14 out. 2009.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil.1988.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

_____. Plano Nacional de Educação.

CORRÊA, Arlindo Lopes (ed.). **Educação de Massa e Ação Comunitária.** Rio de Janeiro: AGGS/MOBRAL. 1979.

DI PIERRO, Maria Clara; HADDAD,Sérgio. **A escolarização de Jovens e Adultos.**Educação de Jovens e Adultos, São Paulo,v. 1,.14 maio/ago. 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática Educativa.** São Paulo; Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos.** 10ª ed. São Paulo. Paz e Terra. 2002.

FARIAS, Adriana Medeiros. **Alfabetização e educação popular no contexto das políticas públicas.** In: **Simpósio Estadual de Alfabetização de Jovens, Adultos e Idosos**, 1., 2006, Pinhão. **Anais...** Curitiba: SEED/PR, 2006.

GADOTTI, Moacir. **O MOVA – SP - herdeiro da tradição do movimento de educação de base.** São Paulo, 2000.

GADOTTI, Moacir. **A educação contra a Educação.** Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1979._____; FREIRE,Paulo; Guimarães,Sérgio.**Pedagogia:diálogo e conflito.** 4ed. São Paulo: Cortez, 1995.

GÓES, Moacir de Luiz Antonio. **Voz Ativa**. In: CUNHA, Luiz Antonio (org), GÓES, Moacir de (org) 11º ed. **O Golpe da Educação**. Ed. Jorge Zahar, 2002.

GRAMSCI. Antonio. **Caderno do Cárcere**. Volume 2. Tradução: CARLOS, Nelson Coutinho. 1º ed. RJ: Civilização Brasileira, 2000.

JANUZZI, Gilberta S. de Martino. **Confronto pedagógico: Paulo freire e MOBRAL**/Gilberta S. Martino Januzzi. - 3. Ed, - São Paulo: Cortez: Autores associados, 1987.

MONTAIGNE. **Ensaaios**. Rio de Janeiro : Ediouro, 1977.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação Popular e Educação de adultos**. 5º Ed.São Paulo: Loyola, Ibrades, 1987.

SAVIANI, Demerval. **Educação e Colonização: as ideias pedagógicas no Brasil**. In: 2004.

BASTOS, Maria (orgs). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Vol. III – Século XX. 2º ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

PAIVA, Vanilda. **Educação Popular e Educação de Adultos**. 2º ed. São Paulo: Loyola, 1983.

ZUNTI, Maria Lúcia Grossi Corrêa. **A Educação de Jovens e Adultos promovida pelo MOBRAL e a Fundação Educar no Espírito Santo, de 1970 a 1990: uma análise dos caminhos percorridos entre o legal e o real**. Vitória: 2000.